

dignidade no fim da vida

*Despenalização
da morte
assistida de
volta à agenda*

O “Manifesto em Defesa da Despenalização da Morte Assistida” publicado pelo movimento cívico «Direito a Morrer com Dignidade» despoletou uma onda de debate e tomadas de posição em torno desta matéria. O Conselho Regional do Norte da Ordem dos Médicos (CRNOM) acompanhou os acontecimentos de perto e impulsionou a discussão nesta área cinzenta, que levanta questões controversas, relacionadas com o fim da vida.

Em 23 de Fevereiro, o CRNOM promoveu um debate intitulado “Dignidade no fim da vida”, onde foram confrontadas opiniões e de onde saiu uma mensagem de alerta para a necessidade de reforçar a rede de cuidados paliativos.

O movimento cívico “Direito a Morrer com Dignidade” nasceu em novembro de 2015 pela mão da antiga professora universitária Laura Ferreira dos Santos e do médico nefrologista João Ribeiro Santos, e luta pela despenalização da morte assistida. A 6 de fevereiro de 2016 foi apresentado, juntamente com uma extensa lista de apoiantes, onde se incluem numerosas figuras públicas, um manifesto a favor da eutanásia e do suicídio medicamente assistido. De certa forma assunto tabu em Portugal, a morte assistida por médicos é legal em países como a Holanda, Bélgica e Luxemburgo. Em 2009, num debate promovido na Ordem dos Médicos, em Lisboa, Francisco Louçã, na altura à frente do Bloco de Esquerda, demonstrou-se publicamente a favor da “legalização da morte assistida”, no entanto não houve nenhum seguimento a nível legislativo. O que este manifesto veio fazer foi ressuscitar o debate em torno desta temática sensível, que divide opiniões entre profissionais de

Saúde e na própria sociedade, e coloca importantes desafios éticos. A 21 de fevereiro, o movimento lançou uma petição pública, dirigida ao presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues, também com vista à despenalização da morte assistida, recorrendo ao mesmo texto do manifesto. Em menos de dois dias foram reunidas as quatro mil assinaturas necessárias para levar a discussão ao parlamento. Ao dia 1 de abril de 2016, 7856 pessoas tinham já subscrito a petição online.

Com esta matéria de novo na agenda, os organismos da área da Saúde reagiram com a promoção de debates internos, como foi o caso da Ordem dos Médicos, não excluindo futuros debates alargados à sociedade civil. “A Ordem dos Médicos não pode nem deve ficar indiferente ao debate sobre todas as questões relacionadas com a dignidade no fim de vida”, justificou Miguel Guimarães, presidente do CRNOM.



Consulte aqui o
“Manifesto em Defesa da
Despenalização da Morte
Assistida”

<http://morteassistida.com>



DEBATE NA SRNOM

“Eutanásia” divide classe médica

A 23 de Fevereiro, a SRNOM acolheu então um debate sobre “Dignidade no fim da vida”. Mais de 300 pessoas responderam à chamada para reflectir sobre temas como a eutanásia, suicídio assistido, distanásia ou acesso a cuidados paliativos, numa discussão pública suscitada pela apresentação do manifesto “Direito a Morrer com Dignidade”. A notável afluência reflectiu o interesse da classe médica em torno de matéria tão sensível e complexa, que divide opiniões e coloca desafios à ética e deontologia da profissão.

Com a moderação da jornalista Paula Rebelo, o debate confrontou as diferentes posições das personalidades convidadas – José Manuel Silva, Jaime Teixeira Mendes, Edna Gonçalves, Isabel Ruivo, António Sarmiento e Rui Nunes – e também de muitos dos presentes na assistência. O presidente da Secção Regional do Sul, Jaime Teixeira Mendes, abriu a discussão a considerar que, por consequência das novas tecnologias, “a sociedade evoluiu de tal maneira que hoje os doentes discutem a terapêutica” e estão mais informados e por isso mais aptos a tomar decisões. No entender do dirigente, que subscreveu o manifesto pela despenalização da morte assistida, trata-se da “autonomia do cidadão” e de “devolver ao doente o poder de decidir sobre a sua vida”. Apoiado nos exemplos dos países europeus onde esta prática foi regulamentada (Bélgica, Holanda e Luxemburgo), Jaime Teixeira Mendes defendeu a criação de comissões médicas de acompanhamento dos cidadãos, opondo-se à atribuição desse poder a “um médico só”. Sublinhou, todavia, que a legalização da eutanásia “não obriga ninguém a fazê-la”.





Nota de Imprensa 22/02/2016

DIGNIDADE NO FIM DA VIDA

Ordem dos Médicos do Norte acolhe debate sobre a “dignidade no fim de vida”

“A Ordem dos Médicos não pode nem deve ficar indiferente ao debate que está a acontecer na sociedade civil sobre todas as questões relacionadas com a dignidade no fim de vida”. É deste modo que o presidente do Conselho Regional do Norte da Ordem dos Médicos (CRNOM) justifica a realização de um debate na próxima terça-feira, dia 23 de Fevereiro pelas 21 horas, no Salão Nobre do Centro de Cultura e Congressos da Secção Regional do Norte da Ordem dos Médicos.

O debate “Dignidade no fim de vida” será moderado pela jornalista Paula Rebelo, e tem já confirmadas as presenças do Bastonário da Ordem dos Médicos, do Dr. Jaime Teixeira Mendes, da Dra. Edna Gonçalves, da Dra. Isabel Ruiivo, do Prof. António Sarmento e do Prof. Rui Nunes.

“Desde sempre, o ser humano conviveu regularmente com a morte, vivendo a seu lado momentos intensos. Como médicos, e como cidadãos, é nosso dever participar neste debate e discutir ideias em torno de uma matéria tão delicada e complexa, que se relaciona com a dignidade das pessoas perante a morte”,

frisa Miguel Guimarães.

Para o presidente do CRNOM “os médicos, tal como os restantes profissionais de Saúde, não se podem excluir deste debate”. E vai mais longe afirmando que “a discussão de temas complexos e fracturantes como a morte assistida, reforçam a necessidade imperiosa de equidade no acesso a cuidados paliativos de qualidade”. “É essencial centrar o debate da Saúde nas suas ineficiências e necessidades para que em vida possamos ter acesso a cuidados de saúde de qualidade”, salienta.

Para o presidente da Ordem dos Médicos do Norte, “qualquer debate sobre a dignidade no fim de vida deve incluir o combate à distanásia e a exigência de uma rede de cuidados paliativos altamente diferenciados, que permitam uma morte digna e serena”.

“Para isso, reforça a ideia da necessidade de apostar na qualidade da formação dos profissionais de saúde e nas condições de trabalho em rede ao nível dos recursos humanos e materiais”, sustenta Miguel Guimarães.

Temas como a morte assistida (eutanásia e suicídio assistido), a distanásia ou a necessidade de acesso a cuidados paliativos de qualidade, irão certamente constituir motivo de intenso debate entre os participantes.

Mostrando estarmos de facto perante um tema fracturante, o bastonário da Ordem dos Médicos, José Manuel Silva, assumiu uma posição de reprovação, sustentando-se no Juramento de Hipócrates para questionar se se justifica alterar “uma cultura médica milenar que visa tratar os doentes”. “Os médicos estão formatados para salvar vidas, não para matar”, referiu. Na óptica de José Manuel Silva, a eutanásia é evitável, num país onde há uma “boa morte” nos hospitais. “As dores são tratáveis e caso exista falta de autonomia é uma falha da sociedade”, afirmou, fazendo ainda um parêntesis sobre o seu receio de “confusão de conceitos” no seio da sociedade civil.

Esta visão foi partilhada por António Sarmento, director do Serviço de Doenças Infecciosas do Centro Hospitalar de São João (CHSJ) e professor na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (FMUP), que assumiu ter um pensamento “absolutamente contrário à legalização da eutanásia”. O especialista deixou claro que esta é uma “área cinzenta”, de grande complexidade, onde a obrigação do médico é “de preservar a vida mas também de não prolongar a morte”. Explorando as diferenças entre eutanásia, distanásia e não obstinação terapêutica, mostrou-se preocupado não com quem defende a posição oposta “com boa intenção” mas com a sociedade que olha para os números e que pode ver na eutanásia a solução para “dar menos trabalho e sair mais barato”.

Edna Gonçalves, directora do Serviço de Cuidados Paliativos do CHSJ, mostrou-se relutante sobre a pertinência da discussão da eutanásia numa altura em que em Portugal, de acordo com dados

“Esta é uma discussão precoce, (...) ainda há muito a fazer, nomeadamente nos cuidados paliativos”

Miguel Guimarães





da Associação Portuguesa de Cuidados Paliativos, apenas cinco mil doentes têm acesso a estes cuidados por ano, num universo de 60 mil a 70 mil doentes terminais com necessidade de acompanhamento. A especialista destacou que “os cuidados paliativos não são uma alternativa à eutanásia ou suicídio medicamente assistido, são um direito que assiste a todos os portugueses, mas aos quais a maioria infelizmente não tem acesso”. Defende por isso que “é fundamental que se desenvolva muito mais” esta rede, pois apesar de existirem equipas com muita qualidade, elas estão “sobrecarregadas” e é preciso constituir outras novas, “porque o sofrimento por doença avançada e progressiva acontece a todas as horas do dia e da noite”. Edna Gonçalves destacou

“Os médicos estão formatados para salvar vidas, não para matar”

José Manuel Silva

“Os cuidados paliativos não são uma alternativa à eutanásia ou suicídio medicamente assistido, são um direito que assiste a todos os portugueses, mas aos quais a maioria infelizmente não tem acesso”

Edna Gonçalves

“É devolver ao doente o poder de decidir sobre a sua vida”

Jaime Teixeira Mendes

“Há dois planos de discussão: da ética social, legislação e despenalização, e da ética médica e o que os médicos entendem ou não decidir nesta matéria”

Rui Nunes

ainda o papel formador do médico e lamentou que “nenhuma das oito escolas médicas do país” tenha “uma disciplina obrigatória” sobre cuidados paliativos.

O presidente da Associação Portuguesa de Bioética, Rui Nunes, concordou com esta posição e aproveitou para anunciar um programa de Doutoramento em Cuidados Paliativos na FMUP. Rui Nunes destacou o significativo interesse que as questões do fim de vida têm suscitado e referiu que demonstra “a necessidade de debate e a impossibilidade lógica de uma precipitação legislativa que alguns querem”. O que se pretende, nas suas palavras, “é criar um novo direito fundamental que não está na Constituição da República”, que “diz que a vida humana é inviolável”. Assim, argumenta que é imperativo, em primeiro lugar, “um debate plural alargado a toda a população”, que “no fim da linha deve decidir se quer ou não mudar o paradigma que está na Constituição”,

pela via referendária, por exemplo. A seu ver este é apenas um plano de discussão, o da ética social, de legislação e despenalização; o outro diz respeito à ética médica e aí, na sua óptica, é indispensável um “debate interno na classe médica”. “A sociedade pode evoluir se for democraticamente, de acordo com a vontade soberana de cada pessoa”, mas “isso não implica necessariamente” que a Medicina tenha de alterar os “valores éticos inerentes e estruturais à profissão médica”, e proclamados no Juramento de Hipócrates, onde se reafirma uma posição de serviço aos doentes e à sociedade.

Isabel Ruivo, médica pediatra e proponente da petição, acredita que se subestima a “capacidade de compreensão” do “povo português de hoje”, que “não é o de há trinta anos”, “teve imenso contacto com mundos lá fora e tem mais informação”, e que está atento a esta discussão e a reflectir sobre os mesmos aspectos. Também esta oradora convidada relacionou a questão em debate com a “autonomia do doente” e sublinhou que “nunca se trata de ser



alguém exterior ao próprio a decidir”. “Fomos para Medicina por valores humanistas de compaixão”, afirmou, argumentando que o “médico deve acompanhar” as situações de fim de vida do doente, não rejeitando todavia a presença de uma equipa multidisciplinar. “Não acredito que os médicos devam retirar-se dessa função”, concretizou. Reagindo à evocação de casos de outros países relacionados com a prática da eutanásia em menores, defendeu que “ainda estamos a falar de princípios gerais e não de leis específicas”. A médica fez também referência aos “ténues” “limites da obstinação terapêutica” e considerou que “tudo isto exige um debate urgente”.

Numa posição similar à de Edna Gonçalves, o presidente do CRNOM, Miguel Guimarães, considerou, que esta é “uma discussão precoce” porque “no que diz respeito a morrermos com dignidade, ainda há muito a fazer, nomeadamente nos cuidados paliativos”. Neste debate, realizado no Salão Nobre do Centro de Cultura e Congressos da SRNOM a questão dos cuidados paliativos foi bastante focada. A necessidade de continuar a debater o assunto internamente foi reconhecida por todos os intervenientes, mas também de alargá-la a toda sociedade, tendo o presidente da SRNOM destacado a importância de informar devidamente os cidadãos. A possibilidade de realizar um referendo sobre a eutanásia, à semelhança do que se realizou com a Interrupção Voluntária da Gravidez, foi defendida por vários interlocutores, inclusive por José Manuel Silva, que deixou a promessa de novos debates promovidos pela Ordem dos Médicos. ■

Realizou com a Interrupção Voluntária da Gravidez, foi defendida por vários interlocutores, inclusive por José Manuel Silva, que deixou a promessa de novos debates promovidos pela Ordem dos Médicos. ■

Repercussão na Comunicação Social



RTP [07/02/2016]

“A despenalização da morte assistida é um dos temas mais fraturantes entre os próprios clínicos”.

<https://vimeo.com/154569981>



RTP [08/02/2016]

“Era importante que os nossos governantes pensassem em colocar em prática a rede de cuidados paliativos que, de certa forma, já dignificam também a morte”, considerou o presidente do Conselho Regional do Norte da Ordem dos Médicos.

<https://vimeo.com/154617886>



PORTO CANAL [10/02/2016]

“A definição do que são esses direitos fundamentais compete não a meia dúzia de deputados mas ao povo português na sua totalidade”, defendeu Rui Nunes em declarações ao Porto Canal.

<https://vimeo.com/155010089>



RTP [19/02/2016]

“Assistir bem a vida pressupõe não prolongar a vida desnecessariamente (...) Acabar com a vida das pessoas é muito fácil, qualquer um o pode fazer. Cuidar deles até ao fim da melhor maneira é que é complicado e além disso custa dinheiro”, considerou o presidente da Ordem dos Médicos de Espanha, Juan José Rodríguez Sendín.

<https://vimeo.com/155975083>



RTP [24/02/2016]

Discussão sobre “Dignidade no fim da vida” encheu plateia de médicos. O bastonário da Ordem dos Médicos sustentou que a eutanásia não tem de ser praticada por um clínico. Pode ser executada por outros profissionais de saúde.

<https://vimeo.com/156549983>



SIC [29/02/2016]

O Prof. António Araújo, vice-presidente do CRNOM foi o convidado do programa “Opinião Pública” onde se debateu a polémica sobre a prática de eutanásia no Serviço Nacional de Saúde.

<https://vimeo.com/157211941>